



SOCIEDADE

Após homenagem, lenda do samba sofre racismo

Vilma Nascimento teve de abrir a bolsa, em uma loja do Aeroporto de Brasília, para provar à segurança que nada havia furtado

» HENRIQUE FREGONASSE*

Vilma Nascimento, 85 anos, ex-porta-bandeira da escola de samba Portela e uma das lendas do samba carioca, viveu, em questão de horas, duas sensações distintas — e antagônicas. A primeira, o orgulho e a alegria de ser homenageada, na segunda-feira, na Câmara dos Deputados, pelas celebrações pelo Dia da Consciência Negra. A segunda, a tristeza e a humilhação de ter sido acusada de furto, na terça-feira, em uma loja no Aeroporto Juscelino Kubitschek, pouco antes de embarcar de volta ao Rio de Janeiro. O caso de racismo foi denunciado pela filha da sambista, em uma rede social.

Danielle Nascimento mostra, em vídeo, a mãe sendo obrigada a abrir a bolsa diante de uma segurança, para provar que não furtara coisa alguma. “Fui comprar chocolates para meu marido e meu filho no Duty Free do Aeroporto de Brasília, depois da minha mãe ter sido homenageada no Dia da Consciência Negra. Comprei, paguei e quando estávamos passando novamente pela porta da loja, a fiscal me abordou dizendo que peguei o produto sem pagar, e pedi para acompanhá-la. No meio do caminho, ela recebeu informação, pelo rádio, de que era para revistar a bolsa da minha mãe”, relata a filha de Vilma na publicação.

“Foi uma humilhação que nem eu nem a minha mãe imaginávamos passar nesta vida. Estamos tristes e traumatizadas até agora. Cheguei a perguntar se ela (a segurança) estava fazendo isso conosco por causa da nossa cor”, acrescentou Danielle.

O episódio indignou ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Anielle

Evandro Éboli/CB/D.A. Press



Franco, da Igualdade Racial, classificou as acusações de furto de “absurdas, inadmissíveis e racistas”. Lembrou, ainda, que Vilma é uma “baluarte da Portela e lenda viva da cultura negra brasileira. Entraremos em contato com a vítima para prestar nossa solidariedade e auxílio”, salientou a ministra no perfil que mantém no X (antigo Twitter).

Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, classificou o

episódio de “inadmissível”. “Na Semana da Consciência Negra, um caso absurdo de racismo escancara a dura realidade do nosso país. Dona Vilma Nascimento, 85 anos, porta-bandeira e figura histórica da Portela, foi constrangida e teve sua bolsa revistada, aqui, no aeroporto de Brasília. Meu abraço e minha solidariedade a ela e sua filha. O presidente Lula já deu o recado e nós reafirmamos que não vamos tolerar racismo no nosso país”, frisou, também no X.



Na Câmara, Vilma foi tratada como um ícone da cultura brasileira. Mas, no aeroporto, foi humilhada ao ser acusada de um furto que não cometeu

A Portela, cujo estandarte Vilma defendeu por décadas no carnaval carioca, publicou nota cobrando das autoridades apuração do caso. “A luta por uma sociedade mais justa e humana passa pelo combate ao racismo. O G.R.E.S Portela repudia,

veementemente, o preconceito sofrido por Vilma Nascimento, o Cisne da Passarela”, afirmou.

Explicações

A Dufry Brasil, empresa responsável pela loja onde Vilma foi hostilizada, lamentou o incidente e confirmou o afastamento da funcionária que pediu à sambista que abrisse a bolsa. “A abordagem feita pela fiscal de segurança da loja está absolutamente fora do nosso padrão. Em razão da falha nos procedimentos, a profissional foi afastada de suas funções. Esse tipo de abordagem não reflete as políticas e valores da empresa. A Dufry está reforçando todos os seus procedimentos internos e treinamentos, em linha com suas políticas, para impedir que situações assim se repitam”, diz em nota.

Procurada pelo **Correio**, a Inframerica — concessionária que administra o Aeroporto de Brasília — disse que repudia ações discriminatórias dentro ou fora do complexo. Mas não informou sobre a existência de ações, junto às empresas responsáveis pelas lojas no terminal, de prevenção à discriminação de cor ou orientação sexual contra passageiros. “Na tarde de hoje (ontem), a Inframerica, concessionária do Aeroporto de Brasília, tomou conhecimento de uma denúncia sobre discriminação em uma loja do terminal aéreo. A Inframerica repudia qualquer tipo de ação discriminatória, dentro ou fora do aeroporto. A empresa responsável pelo estabelecimento informou que já tomou as medidas cabíveis e afastou a funcionária”, observou. **(Colaborou Evandro Éboli)**

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

EDUCAÇÃO

MEC analisa proibir 16 cursos EaD

» VITÓRIA TORRES*

O Ministério da Educação (MEC) analisa proposta de proibir a oferta de 16 cursos, na modalidade de ensino a distância (EaD), entre os quais direito, educação física, enfermagem, fisioterapia, odontologia e psicologia — além de outras categoria profissionais. A restrição tem por objetivo elevar os critérios de qualidade e aumentar a exigência para a graduação.

A hipótese de acabar com esses cursos em EaD consta da consulta pública para alterações na Portaria Normativa 11/17. A sugestão é que o ensino a distância seja oferecido apenas para cursos com carga horária presencial obrigatória inferior a 30%.

A preocupação do MEC envolve, também, o desempenho dos estudantes egressos do EaD. Dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2022 mostram que a modalidade corresponde a 48,7% das matrículas do ensino superior. Algumas graduações, como os cursos de licenciatura, mal atingem a nota em uma escala de 0 a 10.

Clarissa Rodrigues, 51 anos, professora universitária e representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de

Ensino Superior (Andes), considera que muitos cursos de ensino a distância entregam um produto duvidoso. “Os cursos EaD autorizados desenfreadamente têm afetado a qualidade. Isso não deveria valer somente para esses cursos. Isso é um problema”, lamenta.

Reações

A possibilidade de limitar (e até mesmo extinguir) cursos EaD tem gerado críticas de instituições privadas de ensino, que argumentam que quase 800 mil alunos seriam afetados. Isso representa 18,7% das matrículas em instituições privadas de formação superior, de acordo com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

A professora critica as instituições privadas. Para ela, uma boa parte vê a educação como uma mercadoria e uma fonte de lucro. Para Clarissa, a qualidade da educação superior de qualidade deve ser uma das prioridades do país.

“O que está acontecendo é uma pressão das instituições privadas, pois elas viram que a educação é uma mercadoria, uma fonte de lucro. Querem manter cursos sem nenhuma qualidade, sem condição de funcionar

e condicionando isso a uma discussão que está prejudicando a população”, explica.

Em nota ao **Correio**, o MEC esclareceu que as instituições afetadas pela exigência de 30% de ensino presencial terão mais seis meses para registrar novos ingressantes. Depois desse prazo, devem somente manter as turmas já existentes.

“Dessa forma, a proposta não significa o encerramento de cursos que já tenham sido autorizados na modalidade EaD, mas se aplica exclusivamente para a autorização de novos cursos. Portanto, a medida não atinge estudantes já matriculados nos cursos de, por exemplo, enfermagem, que já são ofertados em EaD”, observa o ministério.

Apesar da abrangência da proposta que vem sendo analisada pelo MEC, não há cursos de medicina na modalidade EaD. A inclusão dessa área entre as afetadas pelas medidas restritivas servem apenas para ressaltar que suas diretrizes curriculares não se adaptam às premissas para a criação de cursos de ensino a distância.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Angra I tem problema de resfriamento e dá susto

Eletreonnuclear/Divulgação



A Usina Nuclear de Angra I, no Rio de Janeiro, entrou em situação de emergência em razão de uma falha elétrica, que provocou perda de alimentação em uma bomba de resfriamento do reator central. O incidente ocorreu na quarta-feira, segundo a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A situação, porém, foi normalizada com rapidez. “No momento do incidente nuclear, a usina estava desligada e em modo de

recarregamento. A operadora está procedendo com suas investigações preliminares e, em prazo máximo de 30 dias, um relatório deverá ser encaminhado com as ações corretivas”, salientou a nota divulgada pela CNEN. Apesar de ser considerada uma fonte segura de produção de energia, usinas nucleares protagonizaram sérios acidentes — como o de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em 1979, e o de Fukushima, no Japão, em 2011.